



ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Data: 27/05/2025

Responsável técnico: Valter do Carmo Correa; Diretor Superintendente: Antônio Mario Caneiro Pereira; Responsável pela movimentação financeira: Wesley de Almeida Franco; Representante do Conselho Deliberativo: Silvana Ferreira Caetano.

Às 09 horas e 30 minutos do dia 27 de maio de 2025, atendendo à convocação, reuniram-se no Instituto os membros do Comitê que assinam abaixo. Dando início aos trabalhos, foi feita a leitura da ata da reunião anterior, após, o sr. Valter, diretor financeiro, procedeu à leitura da ordem do dia:

Pauta:

- 1- Cenário macroeconômico 1º Trimestre – 2025
- 2- Cenário macroeconômico abril – 2025
- 3- Carteira de Investimento 1º trimestre e Abril -2025
- 4- Evolução da Execução orçamentaria
- 5- Previsão do fluxo de caixa
- 6- Taxa de Administração
- 7- Proposta de investimento e resgate

1- Cenário macroeconômico 1º Trimestre – 2025

1.1 - BRASIL

Longo do período, a curva de juros apresentou alta nos vencimentos mais curtos, indicando uma perspectiva de continuidade na elevação da taxa Selic. Por outro lado, a bolsa e o real se valorizaram devido à entrada de capital estrangeiro, em função das políticas do governo dos EUA.

A **queda da popularidade** do governo, apontada por diversas pesquisas de opinião, levou ao surgimento de estratégias para melhorar sua imagem. Além da tentativa de aprimorar a comunicação, foram apresentadas medidas de estímulo econômico. No entanto, essas medidas podem dificultar a desaceleração da economia e, conseqüentemente, o controle da inflação pelo Banco Central do Brasil

No primeiro trimestre, houve a continuidade do movimento de elevação dos juros básicos até o atual patamar de 14,25%. Vale destacar que o aumento de juros ocorrido no trimestre, foi em acordo com a decisão tomada no fim de 2024. Além disso, o Copom indicou que a próxima alta deverá ocorrer com menor magnitude

Na **renda variável**, os índices Ibovespa e SMLL seguiram na contramão do movimento observado nos índices internacionais, fechando o trimestre em território positivo. Respectivamente, apresentando um retorno de +8,29% e +8,87% no 1º trimestre de 2025, e de +1,68% e -14,90% no acumulado dos últimos 12 meses

1.2 - MERCADOS INTERNACIONAIS

Ao longo do trimestre, o cenário internacional foi marcado por uma escalada histórica da incerteza comercial, resultante das tarifas impostas pelos EUA. Esse ambiente instável gerou volatilidade nos ativos ao longo do mês. Vale mencionar que apenas em meados de abril foi anunciado pelos EUA o pacote de “tarifas recíprocas”, mas ainda não há clareza sobre os efeitos temporários e estruturais dessa política no médio e longo prazo.

Nos EUA, a atividade econômica desacelerou devido ao inverno rigoroso e à crescente incerteza no consumo, agravada pelas recentes políticas do governo, o que elevou os temores de uma possível recessão. No campo político, o governo intensificou o discurso protecionista, gerando volatilidade nos mercados e pressionando as ações de empresas com forte exposição ao comércio internacional. No curto prazo, essa nova postura coloca o país em um caminho mais isolado na economia global, além de contribuir para um cenário de estagnação.

Olhando para o mercado acionário americano, os principais índices apresentaram retornos negativos no período. Onde, no 1º trimestre de 2025 o MSCI ACWI e o S&P 500 respectivamente renderam -1,69% e -4,59%.

No trimestre, a China registrou uma recuperação econômica moderada, com expansão na indústria e nos serviços. Persistem desafios, como a deflação e as dificuldades no mercado de trabalho. Já ao fim do período, a situação se agravou com a imposição de tarifas “recíprocas” entre EUA e China, gerando incertezas adicionais e um cenário que pressiona as exportações e afeta a confiança empresarial, o que pode comprometer a meta de crescimento para 2025.

2- Cenário macroeconômico abril – 2025

2.1 CENÁRIO DOMÉSTICO - BRASIL

O mercado nacional, por sua vez, se beneficiou do movimento de rotação dos investimentos dos EUA para outras economias. Assim, a curva de juros apresentou queda, conseqüentemente, a bolsa e o Real se valorizaram.

Na parte fiscal, a ausência de sinais de consolidação estrutural continua a alimentar dúvidas sobre a sustentabilidade da dívida e a efetividade da política monetária.

A atividade econômica começa a dar sinais de desaceleração, com a perda de fôlego no consumo das famílias. Apesar disso, o mercado de trabalho segue resiliente. No crédito, o alívio proporcionado pela migração de dívidas para a nova linha de consignado privado pode gerar alívio do comprometimento de renda das famílias, mas o impacto sobre a demanda agregada segue incerto.

Em conformidade com as expectativas do mercado, presentes no Boletim Focus, em meados de maio, o Copom elevou a taxa Selic em 0,50 ponto percentual, alcançando o patamar de 14,75%.

O Ibovespa fechou o mês com performance positiva, beneficiando-se da rotação de investidores estrangeiros, assim como outras bolsas de países emergentes. Com isso, apresentou uma valorização de +3,69% no mês. No acumulado do ano, o Ibovespa registra alta de +12,29% e de +7,26% nos últimos 12 meses.

2.2 - MERCADOS INTERNACIONAIS

Em abril, o cenário internacional seguiu marcado por incertezas ocasionadas pelos anúncios a respeito da política tarifária dos EUA e intensificação da guerra comercial. Esse ambiente gerou

volatilidade nos ativos ao longo do mês e uma perspectiva de desaceleração econômica global, com conseqüente redução de juros futuros.

O pacote de “tarifas recíprocas” dos EUA, anunciado em 2 de abril, impôs tarifas elevadas a diversos países, alcançando quase 50% em alguns casos. No caso da China, houve um acréscimo de 34% nas alíquotas já estabelecidas no início do ano, desencadeando uma série de retaliações tarifárias. Em 9 de abril, após a reação negativa dos mercados, os EUA anunciaram uma pausa de 90 dias para negociação, exceto no caso da China, intensificando o embate comercial entre as duas potências, com tarifas que superaram 100%. Para efeitos práticos, tarifas nestes níveis interrompem qualquer fluxo de comércio. Entretanto, uma trégua de 90 dias foi anunciada, marcando o início das negociações bilaterais. Dadas as incertezas e potenciais impactos das negociações, esse assunto demandará atenção para os próximos desdobramentos econômicos.

O Fed, na reunião de maio, manteve a taxa de juros no intervalo de 4,25% a 4,50%, em linha com o esperado, reforçando que a política monetária está bem-posicionada para responder a desenvolvimentos futuros. O presidente do banco central sinalizou que, embora os riscos de alta para a inflação e a taxa de desemprego tenham aumentado, o Fed seguirá paciente nos próximos movimentos.

2.3 - EXPECTATIVAS DE MERCADO

BOLETIM FOCUS

Mediana - Agregado	2025							2026						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	5,65	5,55	5,53	▼ (3)	148	5,51	112	4,50	4,51	4,51	=(1)	142	4,52	109
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	1,97	2,00	2,00	=(2)	112	2,00	71	1,60	1,70	1,70	=(2)	106	1,70	69
Câmbio (R\$/US\$)	5,90	5,90	5,86	▼ (1)	119	5,85	84	5,99	5,95	5,91	▼ (5)	117	5,91	83
Selic (% a.a)	15,00	15,00	14,75	▼ (1)	144	14,75	102	12,50	12,50	12,50	=(14)	137	12,50	98
IGP-M (variação %)	5,10	4,84	4,98	▲ (1)	75	4,96	54	4,52	4,59	4,52	▼ (1)	67	4,50	50
IPCA Administrados (variação %)	5,06	4,75	4,63	▼ (4)	104	4,52	80	4,28	4,28	4,28	=(6)	96	4,28	76
Conta corrente (US\$ bilhões)	-56,30	-55,90	-55,90	=(2)	37	-55,90	21	-50,60	-51,00	-52,90	▼ (1)	37	-52,90	21
Balança comercial (US\$ bilhões)	75,00	75,00	75,00	=(5)	38	75,96	23	79,51	79,40	78,60	▼ (1)	36	78,60	22
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	70,00	70,00	70,00	=(20)	34	70,00	18	70,00	70,00	70,00	=(6)	34	70,00	18
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	65,79	65,90	65,80	▼ (1)	55	65,40	38	70,01	70,35	70,18	▼ (1)	52	69,95	36
Resultado primário (% do PIB)	-0,60	-0,60	-0,60	=(19)	65	-0,60	46	-0,70	-0,67	-0,64	▲ (1)	62	-0,60	44
Resultado nominal (% do PIB)	-9,00	-9,00	-9,00	=(5)	49	-8,80	34	-8,50	-8,55	-8,51	▲ (1)	48	-8,50	33

Relatório Focus de 02.05.2025. Fonte: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>

2.4 - CURVA DE JUROS E INFLAÇÃO

Taxa de Juros Real: A curva de juros real calculada pela ANBIMA, projetada em 02.05.2025, estima uma taxa real de juros de 7,40% a.a. para 9 anos.

Taxa de Inflação Implícita: A curva de inflação implícita calculada pela ANBIMA, projetada em 02.05.2025, estima uma taxa de inflação máxima de 6,25% a.a. para 9 anos.

Taxa de Juros Prefixados: A curva de juros prefixada calculada pela ANBIMA, projetada em 02.05.2025, estima uma taxa prefixada de juros de 14,11% a.a. para 9 anos.

3) CARTEIRA DE INVESTIMENTO

3.1 - 1º TRIMESTRE 2025.

RENTABILIDADE DA CARTEIRA VERSUS META ATUARIAL

Ano	Jan	Fev	Mar	Rent. Ano
2025	0,65	1,07	1,15	2,91
IPCA + 4,98%	0,59	1,70	0,93	3,25
p.p. indexador	0,07	-0,63	0,22	-0,34

3.2 - CARTEIRA DE INVESTIMENTO DE ABRIL 2025

RENTABILIDADE DA CARTEIRA VERSUS META ATUARIAL

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Rent. Ano
2025	0,65	1,07	1,15	1,18	4,12
IPCA + 4,98%	0,59	1,70	0,93	0,82	4,09
p.p. indexador	0,07	-0,63	0,22	0,36	0,02

A carteira do IPRED encerrou o mês de abril de 2025 com um total de R\$ 11.551.584,75 de PL, sendo R\$ 8.869.803,94 pertencente à reserva previdenciária e R\$ 2.681.780,81 à reserva administrativa. A rentabilidade da carteira foi de R\$ 215.945,93, que equivale a 1,18%, contra uma meta de 0,82%. A meta no ano foi de 4,09%, já a carteira do Instituto fechou com 4,12%.

A disposição dos recursos da carteira quanto aos segmentos do mercado é a seguinte:

- Renda Fixa (Art. 7º): 90,75%, totalizando R\$ 10.482.990,76;
- Renda Variável (Art. 8º): 0%, totalizando R\$ 0,00;
- Imobiliários (Art. 11): 9,25%; totalizando R\$ 1.068.593,99.

O Comitê mantém os seguintes esclarecimentos:

Da descapitalização dos investimentos do Instituto que vem ocorrendo mensalmente em razão das obrigações da folha de benefícios que, atualmente, está em mais 24 milhões de reais ao mês. As receitas auferidas de repasses de contribuições estão em quantidades inferiores aos gastos, incorrendo em redução do PL da carteira. O efeito disto é que, além da necessidade de desfazimento de posições de curto e longo prazo que poderiam render por mais tempo, também pode ocasionar o desenquadramento legal de certos investimentos, os quais exigem limite máximo em determinados percentuais, sendo que ao se reduzir o PL, os percentuais alocados ultrapassam os limites determinados tanto pela Resolução 4.963/21, quanto pela Política de Investimentos do Instituto. Assim, o RPPS fica obrigado a resgatar todo ou parte do recurso a fim de trazer o percentual alocado para dentro do limite legal. Essas ações, tanto para reenquadramento quanto para pagamento de despesas, podem ocasionar movimentações desfavoráveis quando a variação do investimento está negativa (VPD), ou seja, quando na ocasião do resgate o retorno do investimento está negativo em relação à aplicação inicial;

Acrescenta que o patrimônio líquido do IPRED, ou seja, a reserva que deveria garantir as obrigações futuras com os benefícios previdenciários foi quase integralmente utilizada, uma vez que se impôs a necessidade de utilizá-la para as obrigações presentes. Essa descapitalização do patrimônio se deve, como mencionado no parágrafo anterior, ao repasse insuficiente das receitas previdenciárias devidas pelo Ente. Embora, este esteja em dia com as competências mensais, está irregular com as dívidas dos Acordos de Parcelamentos e com a dívida da alíquota suplementar do período de 05/2018 a 01/2021. Além disso, as alíquotas atuais praticadas não dão conta do volume total dos benefícios previdenciários, os quais o IPRED deve garantir o pagamento. Em caso de falta de recurso para essas obrigações, o regramento federal determina que o Ente assumira esses pagamentos, repassando a diferença necessária que garanta a sua quitação, além de apresentar solução para equacionamento. Assim, tal urgência, como mencionado em reuniões anteriores, tem sido cientificada ao Conselho Deliberativo do IPRED para providências;

Esclarece também que a aplicação no fundo **imobiliário Brasil Plural** que, com o fechamento de abril, representa 9,25% da carteira encontra-se passivamente desenquadrada em relação ao limite máximo de alocação que é de 5%. O desenquadramento se deu em razão do que já fora explicado acima quanto a redução do PL e seu impacto nos limites das aplicações. Este é um investimento de baixíssima liquidez, sendo que para o seu desinvestimento, algo que vem sendo tratado há alguns meses por este Comitê, envolve oferta de cotas em mercado secundário por meio de corretora contratada. O sr. Valter disse que conversou com a Genial Investimentos, administradora do produto, para a realização da venda das cotas. O Comitê, assim como em reuniões passadas, concorda com este ato.

Quanto ao investimento no fundo BB PERFIL da Taxa Administrativa, mencionado na reunião anterior acerca de seu desenquadramento passivo, foi feita no final de abril a realocação de 2,96 milhões de reais para o fundo

BB PREVID RF IRF-M1 mais a aplicação de 980 mil reais relativos ao repasse da taxa de administração, de modo que este fundo encerrasse o mês de abril com um total de 3,94 milhões de reais, representado 34,13% da carteira. Já o percentual do fundo BB PERFIL, que estava desenquadrado, passou a representar 14,7% da carteira, dentro do limite legal que é de 20%.

4 - Evolução da Execução orçamentaria

O Instituto fechou até o mês de abril com uma Receita Corrente de R\$ 32.244.724,47, Receitas Intraorçamentárias de R\$ 46.718.746,65, total de Receitas de R\$ 78.963.471,12, Despesas Administrativas

R\$ 1.887.674,96, Despesas Previdenciárias R\$ 98.966.223,36, total de Despesas R\$ 100.853.898,32, portanto fechando com um, Déficit Financeiro de R\$ 21.890,427,20.

5 - Previsão do fluxo de caixa

Para o mês de maio a previsão é fechar com um saldo negativo de R\$ 8.466.202,18, temos uma previsão de entrada de R\$ 6.500.000,00, de COMPREV.

6 - Despesas.

A título de esclarecimento e transparência, o Comitê informa que as despesas com a folha de benefícios do Instituto no mês de abril ultrapassaram os 25 milhões de reais. E que para fazer frente a elas foi necessário utilizar as receitas da Compensação Previdenciária (COMPREV) repassadas no mês, cujo total foi de pouco mais de 9 milhões de reais, somadas às receitas de contribuições previdenciárias, que foram de aproximadamente 14,5 milhões de reais mais o saldo previdenciário do mês anterior que foi de cerca 6,5 milhões de reais (não incluído o recurso aplicado no fundo imobiliário em razão da sua indisponibilidade líquida). O Ente tem antecipado repasses a fim de cobrir a folha do dia 15 e, para demais despesas, complementado com repasse adicional com abatimento no acordo de parcelamento 351/2021, como realizado no final de março num total 3,8 milhões de reais. Assim, até a sua utilização, o Financeiro tem mantido esses recursos no fundo BB RF REF DI TP da conta previdenciária, pois é um fundo presente na carteira desde 05/2023, de curto prazo, com disponibilidade de resgate em D+0 e de 100% Títulos Públicos, o que não traz problemas de desenquadramento.

6 - Taxa de Administração

Em abril foi feito mais uma parcela do repasse da taxa de administração no valor de R\$ 1.040.000,00. Essa taxa refere-se aos 2,4% do que trata o artigo 84 da Portaria do MTP 1467/22 sobre o custeio dos RPPS. O valor total para o exercício de 2025 ficou em R\$ 10.406.152,42. O montante repassado até o momento está em R\$ 2.080.000,00

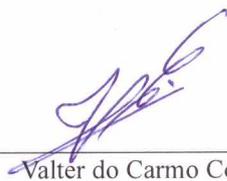
7 - Proposta de investimento e resgate

Para despesas e receitas previdenciárias o fundo a ser movimentado será BB RF DI TP FI, e a para as despesas administrativas é o fundo BB RPPS PERFIL e BB Previdenciário RF IRF-M1.

Sem mais a acrescentar a reunião foi encerrada.



Antônio Mario C. Pereira



Valter do Carmo Correa



Wesley De Almeida Franco



Silvana Ferreira Caetano